

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PRÁGMÁTICA X CRÍTICA : REFLEXÕES SOBRE A FASE 1 DO PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA COSTA VERDE

SÁVIA CÁSSIA FRANCELINO RIBEIRO

Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, saviacassia@gmail.com;

JULIA AFFONSO CAVALCANTE

Mestre em Educação Ambiental pela Universidade Estadual de São Paulo - UNESP, jacavalcante@email.com;

GABRIEL CESAR SOLLERO

Graduado em Engenharia Agrícola pela Universidade Estadual de São Paulo - UNESP, gcsollero@email.com

RESUMO

O texto aborda os aspectos teórico-metodológicos do Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde, condicionante do licenciamento ambiental Ambiental Federal de empreendimentos marítimos de Exploração e Produção de Petróleo e Gás da Petrobras na Bacia de Santos. Objetivamos elucidar as diferentes perspectivas político-pedagógicas presente na execução da sua Fase I em relação aos caminhos metodológicos do processo educativo para concretização do objetivo de fortalecimento das comunidades de pescadoras/es artesanais abrangidas pelo projeto, com vista a sua participação na gestão ambiental e permanência em seus territórios de origem. Não temos a pretensão de apresentar conclusões definitivas, mas de levantar algumas hipóteses sobre a construção desse objetivo, na perspectiva da Educação Ambiental. Destacamos as concepções de participação e organização popular, com base nos pressupostos do materialismo histórico e dialético. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, realizada com base na pesquisa documental e na observação participante. Concluímos que do Plano Trabalho elaborado para fase 1 até a elaboração do Plano de Trabalho da Fase 2, o processo de formação, ação e reflexão suscitado entre os diversos sujeitos envolvidos no processo, por meio dos espaços de formação e formulação dos documentos, revelou diferentes perspectivas político-pedagógicas e produziu um conjunto de análises e sistematizações registradas por meio de relatórios, complementações metodológicas e Pareceres Técnicos. ausência de clareza metodológica por parte dos educadores/as contribuíram para práticas educativas que se aproximaram da concepção pragmática da educação ambiental em contradição com os pressupostos da educação ambiental crítica que postula a implantação do PEA.

Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica, Temas Geradores, Participação, Organização Popular

INTRODUÇÃO

De acordo com Layargues e Lima (2014) a educação ambiental é atualmente um campo em disputa entre macrotendências político-pedagógicas pela possibilidade de orientação da leitura da realidade e de suas práticas pedagógicas e que expressam a representação de uma multiplicidade de posições que tendem à conservação ou à transformação das relações sociais e destas com o meio ambiente. Nesse cenário, destaca-se três principais tendências denominadas de *conservacionista*, *pragmática* e *a crítica*.

As macrotendências conservacionista e pragmática são dois momentos de uma mesma perspectiva teórico-metodológica que “representa uma derivação evolutiva da macrotendência conservacionista e que têm em comum a omissão dos processos de desigualdade e injustiça social”. A macrotendência crítica, por sua vez, aglutina as correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental. Todas essas correntes, com algumas variações, se constroem em oposição às tendências conservadoras, procurando contextualizar e politizar o debate ambiental, problematizar as contradições dos modelos de desenvolvimento e de sociedade.

Pela escassez de pesquisas, é sempre difícil diagnosticar as hegemonias discursivas na Educação Ambiental. Sabemos que as forças críticas conquistaram um espaço significativo no interior do campo, mas essas forças são constantemente erodidas pelo pragmatismo dominante que tende a converter e a deslocar as intenções educativas ao sentido pragmático do mercado. A formação de mão de obra, da geração de emprego e do consumo tendem a instrumentalizar a educação como um meio de ascensão social e de reprodução da lógica econômica. Nesse caminho, os objetivos de promoção da cidadania, da esfera pública e da educação política acabam sendo preteridos.

Destaca-se na análise dos autores acima citados o fato de que as macrotendências conservadoras e pragmáticas, por serem hegemônicas no campo da educação ambiental, tendem a se reproduzirem mesmo no seio das experiências que reivindicam a macrotendência Crítica, minando seu potencial crítico-transformador. Daí a importância da pesquisa acerca dos conceitos e práticas que orientam os projetos de Educação Ambiental

de perspectiva crítica com vistas a contribuição para a utilização de métodos com maior rigor teórico-metodológico e práticas mais coerentes com o desenvolvimento de uma práxis educativa de perspectiva crítica.

No âmbito do Licenciamento a Educação Ambiental se destaca por ser um componente obrigatório, como condicionantes das licenças concedidas ou nos processos de regularização do licenciamento ambiental federal, mas também por esta ancorada em pressupostos teórico-metodológicos orientados por uma concepção crítica e emancipatória com vista a transformação da realidade e das injustiças socioambientais.

Para Magalhaes e Loureiro (2014) essa perspectiva se consolida e se institucionaliza na gestão ambiental, especialmente a partir da elaboração das “Orientações pedagógicas do IBAMA para elaboração e implementação de programas no licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural” (IBAMA, 2005) e da publicação a Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA - NT 01/10 (IBAMA, 2010), e da Instrução Normativa n. 02/12, consolida-se, do ponto de vista da legislação, as bases técnicas e metodológicas para a criação de programas e projetos de Educação Ambiental execução de projetos e ações voltados para a organização, mobilização, qualificação, intervenção social e fortalecimento de processos políticos, econômicos e culturais dos sujeitos prioritários do processo educativo (os grupos vulneráveis) como condição para sua autonomia e enfrentamento das desigualdades no acesso e uso da natureza e na garantia do ambiente como bem comum.

Assim, destacam-se, nesses três últimos documentos apresentados (orientações pedagógicas, NT 01/10 e IN 02/12) a importância do enfrentamento às desigualdades sociais, reproduzidas nas injustiças ambientais, e da construção do caráter público das políticas ambientais, particularmente dos instrumentos da gestão ambiental. Para isso, são afirmadas diretrizes que reforçam a criticidade, a dialogicidade e a historicidade das atividades educativas e a adoção de metodologias participativas, voltadas especialmente para a organização e mobilização popular na construção de espaços públicos e na conquista de direitos. (MAGALHÃES e LOUREIRO, 2016, p. 134)

Nesse sentido, os projetos de educação ambiental, especialmente daqueles que se desenvolvem a partir da Linha de Ação A determinada pela já referida IN 02/12 cujo objetivo é a “organização comunitária para a participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental” (NOTA

TÉCNICA CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10), são objetos que permitem leituras com ênfase nas contradições que emergem das perspectivas político-pedagógicas que orientam sua práxis.

No caso do Projeto de Educação da Costa Verde, a implementação da fase 1 foi uma experiência pioneira, onde diferentes perspectivas político-pedagógicas se manifestaram e que, a luz da teoria já consolidada, pode revelar aspectos característicos de tendências a conservação ou a transformação da realidade. Essas experiências em geral e no caso do PEA Costa Verde em particular, além de serem fenômenos recentes e pouco estudados, se caracterizam por serem conduzidos por instituições com interesses políticos distintos e operacionalizados por profissionais de formações diversas.

Uma questão que parece ser consenso entre os autores que discutem a educação ambiental crítica, seja nos espaços de educação formal ou informal, é a necessidade da formação dos educadores ambientais. Parte-se da constatação de que essa macro-tendência político-pedagógica demanda uma leitura dialética dos fundamentos filosófico-político e teórico-metodológico da educação ambiental crítica, das concepções críticas dos campos educacionais e ambientais. Concordamos com Trein (2012), quando aponta que talvez muito do que constatamos como dificuldades no avanço da educação ambiental crítica ocorre pelo fato das/os educadores populares não estarem apropriados adequadamente da produção já consolidada no campo educacional e na abordagem crítica da relação homem-natureza. De acordo com a autora é necessário a construção de sínteses teóricas e estratégias pedagógicas concretas que apontem para uma melhor conceituação do significado “crítico” da educação ambiental.

Em nossas reflexões apontamos para a necessária articulação entre o ambiental e o educacional, sob pena de vivermos a contradição de ser prescritivos para aquilo que não conhecemos a fundo: a educação e, mais especificamente, a escola. Por outro lado, se almejamos que a produção material e social da vida se dê em outras bases ontoepistemológicas não podemos prescindir de uma educação ambiental crítica que contribua para transformar as relações sociais de produção em direção a um outro projeto civilizatório. (Trein, 2012, p. 304).

No PEA Costa Verde a ausência de um coletivo de educadoras/es com clareza dos objetivos e procedimentos metodológicos de uma educação ambiental crítica, além de revelar a tendência geral de ausência de uma formação rigorosa e capaz de estabelecer leituras dialéticas entre as

especificidades pedagógicas, ambientais e críticas, nos permite sinalizar a hipótese de que este fator também é a porta de entrada das tendências conservadoras e pragmáticas, onde a criticidade se esvai nas políticas e estratégias pedagógicas de busca por resultados, indiferentes as determinações gerais do modo de produção capitalista e as desigualdades e injustiças dele decorrentes.

A relação entre os objetivos, as metas e a metodologia empregadas no início da Fase 1 do Projeto, as mudanças no decorrer do processo e a construção do Plano de Trabalho para a Fase 2 do PEA Costa Verde, demonstram os limites e possibilidades das experiências de educação ambiental no licenciamento, rumo a concretização de espaços educativos desenvolvidos com base nos fundamentos teóricos e político-pedagógicos da educação ambiental crítica.

O próprio caráter inicial da experiência impõem as análises uma abordagem inicial e que apenas sinalize para as possibilidades de debate sobre as diversas questões que surgem a partir da experiência em estudo. Nessa perspectiva chamamos atenção para as leituras dos conceitos de participação, organização popular e temas geradores que perpassam o desenvolvimento dos objetivos, metas e da metodologia do PEA, durante a realização da sua Fase 1. A análise dos relatórios desta fase revela um processo de construção teórico e metodológica acerca do objeto contribuindo para um significativo avanço da proposta inicial em direção a consolidação de uma experiência enraizada nos pressupostos da educação ambiental crítica.

Essa outra hipótese aqui apresentada, no entanto, não ocorre sem também revelar contradições que só o aprofundamento de análises acerca dos seus determinantes, poderá apontar elementos que permitam concluir se essas contradições são limites estruturantes do processo e que tende a se revelar insuperável no âmbito da política ambiental ou se é possível a transposição desses limites e com que instrumentos teóricos e políticos-pedagógicos?

Nesse sentido, o Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde (PEA Costa Verde), condicionante do Licenciamento Ambiental Federal de empreendimentos marítimos de Exploração e Produção de Petróleo e Gás da Petrobras na Bacia de Santos, que integra os programas de Educação Ambiental PEA-SP (Região 3) e PEA-RJ (Região 4) é um amplo e espaço de pesquisa e análise. A sua implantação se dá a partir de um complexo arranjo institucional que envolve a relação entre órgão ambiental, empresas

petrolíferas e de consultorias, comunidades tradicionais, movimentos sociais e universidades.

Sua área de abrangência contempla os municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty no estado do Rio de Janeiro e Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião no estado de São Paulo, alcançando mais de 70 comunidades que realizam a pesca artesanal. A sua execução está prevista para cerca de 30 anos, enquanto durar as atividades de exploração e produção de petróleo e gás da Petrobras na região do Pré-Sal. Sua implantação ocorre por meio de Fases de duração entre 3 e 5 anos, o que o dota de grande potencial para a desenvolvimento de um processo educativo capaz de produzir resultados de médio e longo prazo. A sua Fase I foi realizada entre abril de 2017 e setembro de 2020 pela Mineral Engenharia e Meio Ambiente.

O pioneirismo da experiência ao mesmo tempo em que explica grande parte dos seus limites e desafios, potencializa permite a elaboração de novas sínteses acerca de suas dimensões sociais, políticas e pedagógicas. A compreensão das disputas por hegemonia entre as tendências pragmáticas e críticas explicitadas por Layargues (2014) é fundamental para a análise das questões teórico-metodológicas e político-pedagógicos desta primeira Fase do PEA. Submeter as questões que se expressam de forma manifesta ou não, a análise dos fundamentos epistemológicos que delimitam o campo da educação ambiental crítica e popular, contribui ao mesmo tempo para o desenvolvimento da teoria e da formulação de propostas pedagógicas que contribuam para desenvolvimento dos projetos de educação ambiental coerentes com uma perspectiva transformadora.

Assim, objetivamos nesse estudo elucidar as disputas entre as macro-tendências que se manifestam nas diferentes concepções metodológicas acerca da educação ambiental crítica e popular e levantar algumas hipóteses acerca expressas nas metas propostas nos planos de trabalho e nos debates registrados nos relatórios descritivos e analíticos das atividades de formação realizadas.

Acreditamos que os conhecimentos aqui sistematizados além de fomentar o debate teórico e enriquecer as pesquisas no campo da Educação Ambiental, contribui para fortalecimento da macro-tendência de perspectiva crítica e aponta caminhos para que o PEA Costa Verde, no desenvolvimento de suas fases seguintes, possa se aproximar cada vez mais dos objetivos que justificam a implantação das políticas públicas de gestão ambiental nos processos do licenciamento, cumprindo assim seu papel na busca por democracia e justiça socioambiental.

METODOLOGIA

A análise documental, enriquecida pela observação participante no processo de desenvolvimento do projeto é fundamentada pelos pressupostos do materialismo histórico e dialético que embasa as concepções de Educação ambiental crítica e de educação popular de base Freiriana. O percurso metodológico realizado privilegiou o debate acerca dos conceitos de tema geradores, organização popular e participação.

O debate teórico realizado buscou compreender como essas ferramentas pedagógicas se desenvolveram e como as concepções em disputa aproximaram ou afastaram sua práxis da realização do objetivo geral do PEA Costa Verde de fortalecer a *organização social, política e econômica das comunidades que exercem a pesca artesanal, de forma a contribuir para a participação qualificada na gestão socioambiental e permanência nos territórios onde vivem.*

A implantação dos projetos de educação ambiental no âmbito do licenciamento, por suas dimensões política, social e ambiental e seu caráter educativo demandam, necessariamente, um processo de sistematização e produção de conhecimentos a serem realizados por meio de uma práxis que permita a elaboração de sínteses conceituais e de estratégias político-pedagógicas.

Nesse sentido, a nossa atuação na coordenação geral e pedagógica do PEA Costa Verde proporcionou um intenso processo de elaboração teórica e prática de conhecimentos interdisciplinares promovido por um coletivo diversificado de profissionais das áreas ambiental e educativa. Nessa construção, as técnicas da pesquisa participante e da pesquisa-ação permitidas nas pesquisas qualitativas de fundamentação dialética, foram desenvolvidas na práxis inerente ao seu desenvolvimento.

Durante a Fase I do Projeto de Educação foram produzidos dois (2) Planos de Trabalho, 1 Relatório da Retomada (Etapa 1), 4 Relatórios (Anuais) consolidados, 8 Relatórios (trimestral) Analítico e Descritivo das atividades realizadas, 13 Relatórios de Oficinas de Formação Continuada da Equipe Executora (OFCEE) e 1 Relatório Final. Esses documentos foram produzidos por diferentes profissionais da área de educação (ambiental e pedagógica), vinculados a empresa Mineral Engenharia e analisados pela Petrobras e aprovados e publicados pelo Ibama. O órgão ambiental também emitiu 6 Pareceres Técnicos com avaliações sobre o processo de execução do Projeto e solicitações de ajustes, mudanças e respostas para questões específicas.

O volume de material descritivo e analítico produzido é uma vasta fonte de pesquisa que permite uma diversidade de estudos tanto do ponto de vista quantitativo, como qualitativo. No entanto, para efeito deste trabalho nos centramos nos dados qualitativos dos Planos de Trabalho (Fase I e II), do Relatório da Retomada, dos relatórios das 2ª e 3ª OFCEE, nos 2 Pareceres Técnicos do Ibama que emitiram análises do primeiro ano de execução do projeto, nas complementações metodológicas em resposta aos pareceres do Ibama e no Relatório Final.

O estudo foi realizado com base na observação participante durante nossa atuação na coordenação pedagógica do projeto no período de janeiro/19 a setembro/20. Após um ano de distanciamento do projeto realizamos uma revisão bibliográfica dos autores que fundamentam as perspectivas teórico-metodológicas situadas no campo da educação ambiental crítica (LOUREIRO, LAIARGUES, PEREIRA) e da Educação Popular inspirada nas ideias de Paulo Freire (1997). A luz das discussões promovidas pelo grupo de pesquisa Educação Ambiental e Pedagogia Histórico-Crítica (UERJ), passamos a desenvolver as análises as quais apresentamos a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PEA Costa Verde foi concebido a partir das orientações técnicas e metodológicas dos documentos que instituem a educação ambiental no licenciamento e os seus objetivos, metas, atividades e metodologia, foram sistematizadas no Plano de Trabalho da Fase 1 aprovado pelo O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em janeiro de 2017.

O público de atuação do PEA foi delimitado em 71 comunidades que exercem a pesca artesanal e se encontram em situação de vulnerabilidade frente aos impactos difusos decorrentes do crescimento desigual da região, ocasionado entre outros, pelos empreendimentos marítimos de produção e escoamento de petróleo e gás, na região da Bacia de Santos. Durante o desenvolvimento da fase 1 do PEA, a população dessas comunidades foram sendo melhor caracterizada, e foi possível identificar diferenças com relação a quantidade de moradores/as, quanto ao grau de inserção ou isolamento do contexto urbano, a relação com a pesca artesanal e outras atividades econômicas desenvolvidas no território, níveis e formas de organização e quantidade de pessoas que se envolveram nas atividades do projeto.

Com esse direcionamento, o objetivo geral da Fase 1 do PEA Costa Verde consistiu em *“desenvolver processo educativo voltado ao fortalecimento da organização social, política e econômica das comunidades que exercem a pesca artesanal, de forma a contribuir para a participação qualificada na gestão socioambiental e permanência nos territórios onde vivem”*. (Plano de Trabalho, 2017, p. 5) Nesse horizonte estabeleceu os resultados a serem alcançados no período de três anos, através de 5 objetivos específicos, a saber:

1. Estabelecer condições permanentes de acompanhamento e atualização de informações sobre as alterações na dinâmica socioespacial dos territórios pesqueiros, decorrentes da exploração e produção de petróleo e gás na Bacia de Santos - com cuidado especial sobre as condições de vida e de trabalho das mulheres - de forma compartilhada com as próprias comunidades, gerando controle cidadão;
2. Subsidiar as comunidades que exercem a pesca artesanal com ações formativas, de articulação intercomunitária e interinstitucional que instrumentalizem a participação qualificada nas arenas de tomada de decisão sobre a gestão socioambiental do território;
3. Promover troca solidária de experiências econômicas que reforcem e agreguem valor às identidades produtivas locais;
4. Instrumentalizar a construção colaborativa de ações estruturantes que culminem na criação de projetos de Geração de Trabalho e Renda relacionados à cadeia produtiva da pesca artesanal, ao turismo de base comunitária, à cultura e ao artesanato ou projetos relacionados à segurança fundiária;
5. Planejar a próxima fase do PEA Costa Verde, incluindo nova proposta de regionalização, se necessário, de acordo com a similaridade de demandas levantadas durante a primeira fase. (PT, pg.5)

Assim, o PEA foi concebido a partir da premissa de que as ações a serem desenvolvidas deveriam constituir um processo socioeducativo estruturante, ou seja *“de fortalecimento socioeconômico e cultural, baseado na construção de um campo de aprendizagem social”* para contribuir com o controle cidadão e a intervenção social qualificada. Desse modo, com base nos pressupostos da Educação ambiental no licenciamento e na gestão pública, que se pautam pela educação ambiental crítica, o projeto se propôs a trabalhar as demandas centrais das comunidades envolvidas com a cadeia produtiva

da pesca artesanal, as quais foram definidas como sendo “permanência no território, protagonismo na gestão socioambiental e geração de trabalho e renda”. (PT, 2017, p.6) Para tanto, estabeleceu que o protagonismo na gestão ambiental, para ser efetivado, dependeria de uma interlocução qualificada, que viabilizasse

- Participação da maior parte da comunidade na definição de cenários esperados e desejados para o desenvolvimento socioeconômico e territorial, conforme a dinâmica socioespacial de cada localidade;
- Engajamento em processos de reconhecimento territorial, titulação e regularização fundiária, efetivando direitos já instituídos legalmente;
- Enfrentamento coletivo de situações de expropriação e assédio pela especulação imobiliária, em condições de resistência e de exercício de direitos jurídicos;
- Estabelecimento de acordos de delimitação territorial e/ou de uso de recursos naturais, principalmente em situações de sobreposição com outros territórios igualmente protegidos pela Constituição Federal;
- Posicionamento frente a processos de licenciamento ambiental da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás de novos empreendimentos e/ou em processo de renovação de licenças, inclusive com indicação de condicionantes e/ou de medidas de mitigação e compensação socioambiental para impactos diretos, indiretos e induzidos, com maior ressonância às necessidades de cada comunidade e processos em curso;
- Intervenção em processos de ordenamento territorial em curso na região, que implicam na gestão socioambiental do território pesqueiro tais como: revisão de Planos Diretores Municipais, Leis de Uso do Solo e Planos correlatos (Saneamento, Resíduos Sólidos, Ambientais, etc); criação, revisão de limites, elaboração e revisão de Planos de Manejo de UCs; elaboração e revisão de Planos Estaduais de Gerenciamento Costeiro (Zoneamento Ecológico e Econômico e instrumentos complementares); Planos de Bacias Hidrográficas e outros afins

De acordo com o referido Plano, o processo socioeducativo do PEA deveria ser desenvolvido “tendo como fio condutor a realização de ações estruturantes que contribuem para a permanência no território, para

agregação de valor às práticas econômicas tradicionais e a constituição de novas alternativas de trabalho e renda”. (2017, p.7)

Observa-se assim, na descrição da metodologia, que o fazer pedagógico em relação ao “fortalecimento da organização social, política e socioeconômica, para participação qualificada na gestão ambiental”, intencionalidade explicitada no objetivo geral do PEA, estava pautado por um conjunto de ações de ordem econômica, com vista a resolução de problemas decorrentes da questão socioambiental.

No decorrer da descrição e argumentação do percurso metodológico considera os fundamentos da educação popular freiriana, destacando a articulação teoria-prática e o caráter político e emancipatório da educação, ao mesmo tempo em que aponta para a construção das ações com base na análise coletiva da realidade e dos componentes da pesquisa-ação onde “equipe executora e comunidades se tornam investigadores da realidade, com o propósito de melhor compreender para intervir de forma qualificada e estratégica”. No entanto, o que se verifica no detalhamento das proposições é uma intencionalidade voltada para a busca de soluções pragmáticas dos problemas identificados.

Quanto mais o público prioritário compreende o contexto em que está inserindo, em suas diferentes escalas, bem como as diversas arenas de tomada de decisão que determinam essa conjuntura, tanto mais se tornará resiliente e capaz de gerar estratégias de adaptação às mudanças e de formular alternativas. Isso requer identificar os atores integrantes das arenas, reconhecer suas estratégias de ação e interesses subjacentes, acessar informações e desenvolver capacidade interpretativa suficiente para identificar fatores contribuintes, relações de causa-efeito, interconectividades e caminhos para proposição de soluções. (PT, 2017, p.8)

Contudo, o resultado das reflexões decorrentes da etapa de inserção comunitária, na qual foram identificados os temas geradores¹, base para as

1 Os temas geradores identificados em 66 das 71 comunidades abrangidas pelo PEA, foram inicialmente relacionados a 6 blocos temáticos: a) Regularização/Legislação à Pesca, presente como um dos temas prioritários em 44 comunidades do PEA, expressou as dificuldades para obtenção ou renovação das licenças de pesca e habilitações (da embarcação e dos marinheiros ou pescadores) e registros (do pescador), devido a motivos como dificuldade de acesso aos órgãos competentes, complexidade das informações e dos documentos a serem apresentados e baixa escolaridade dos pescadores entre outros, além dos conflitos com a legislação de proibição de pesca e ambiental; b) Gestão do Território e Instrumentos de Regularização Fundiária, presente em 17 comunidades, que se refere a regularização

ações formativas, demonstraram que os impactos que ameaçavam a permanência dos grupos sociais vulneráveis em seus territórios e na atividade da pesca artesanal perpassavam questões ambientais de determinações amplas e complexas, não sendo, portanto, passíveis de soluções imediatistas. O relatório descritivo e analítico da retomada acompanhado de anexos dos relatos das ações realizadas em cada comunidade, permite uma leitura detalhada dessa etapa.

As reflexões da equipe executora que seguiram a etapa de inserção comunitária e o início da etapa de realização de ações formativas, durante as Oficinas Formação Continuada da Equipe Executora (OFCEE), demonstram que a tentativa de conciliar um processo de formação com ações voltadas para o encaminhamento de soluções para os problemas identificados gerou diversas incompreensões metodológicas e acerca do papel que o PEA deveria desempenhar junto as comunidades.

Elementos elucidativos desse debate foram registrados no relatório da 3ª Oficina de Formação Continuada da Equipe Executora (OFCEE), realizada em 19 de dezembro de 2017, a partir de exposição e debate conduzidos por Frederico Loureiro⁶ na formação sobre “temas geradores na práxis da educação popular”. Durante a formação o professor destacou “a falta de foco ou clareza nos objetivos do Plano de Trabalho”. Enfatizando que o tema gerador deve ser um ponto de partida para a compreensão mais ampla da realidade, não um problema a ser revolvido. “Pois o processo de fortalecimento está na percepção do simbólico/abstrato que permeia toda a relação da comunidade com aquele tema.” Diante do questionamento das equipes sobre a possibilidade de adequar os objetivos, Loureiro explicou que “não se pode alterar a finalidade da fase (objetivo geral), as que é possível reorganizar os objetivos específicos, tornando-os mais factíveis”. (Relatório 3ª OFCEE – Março de 2018)

“O problema recorrente de se trabalhar com tema gerador é focar no problema, em sua resolução, em vez de entendê-lo como um ‘gatilho’ para a compreensão de um todo mais complexo.” “Ex: Disputa de território pesqueiro. No exemplo,

e titulação fundiária, uso e gestão dos recursos naturais, conflitos com UC e ordenamento territorial e marítimo; c) Organização Comunitária (15 comunidades) questões relacionadas a organização de associações e cooperativas, a ausência de participação e conflitos internos; d) Infraestrutura (13 comunidades) ausência do poder público em várias dimensões como saneamento, educação, saúde, transporte, rede elétrica etc; e) turismo e f) licenciamento de grandes empreendimentos foram os que menos tiveram abordagens.

não se deve tentar resolver o problema da disputa e sim 'o que está por de trás do problema?' (...) processo educativo é entender o que compõe tal problema (quais as restrições de uso? O que mudou no acesso ao território pesqueiro depois da implantação de empreendimentos de petróleo e gás? Quais as legislações?). Ou seja, o tema gerador é aquilo que emerge do problema, mas não é o problema em si." (Relatório – 3ª OFCEE, p.)

A concepção de tema geradores foi uma questão que esteve presente em diversos momentos do processo de formação da equipe. As divergências em torno do seu papel e da sua utilização demonstram que as disputas político-pedagógicas se manifestam, sobretudo por meio dos objetivos e metas a serem alcançadas e com base em que estratégias pedagógicas devem ser adotadas no processo educativo e na relação entre educadoras/es ambientais, as comunidades e suas organizações.

As dificuldades iniciais identificadas nas Oficinas de Formação e na realização de atividades previstas, levaram o Ibama a solicitar oficialmente, por meio de pareceres, a elaboração de um plano de complementação metodológica, que resultou em mudanças nos objetivos específicos, metas e na reorientação das atividades de campo. Nesse período o PEA também passou por mudanças na coordenação e orientação pedagógica e alterou a composição da equipe, ampliando o número de técnicos de campo e redefinindo sua forma de atuação.

No Parecer Técnico nº 91/2018COPROD/CGMAC/DILIC o Ibama avaliou o primeiro ano de execução do projeto, a ausência de clareza metodológica sobre como os temas geradores descritos na etapa de inserção comunitária subsidiariam a execução da etapa de "Ações Formativas estruturantes" e, sobretudo, a "falta de estratégias concretas para que as ações do PEA concretizassem uma abordagem regional e não, pulverizada". Para tanto, emitiu um total de 18 solicitações a serem respondidas por meio da apresentação de dois documentos denominados: "Relatório de Atualização Parcial do Diagnóstico Participativo do Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde" e "Complementação Metodológica do Plano de Trabalho do PEA da Costa Verde". (Parecer Técnico nº 91/2018-COPROD/CGMAC/DILIC)

As Complementações Metodológicas ao Plano de Trabalho cumpriram um papel de ajustar os objetivos específicos e as metas ao objetivo geral do projeto. Nesse sentido redefiniram as metas e deram ênfase aos espaços de formação da equipe, além de redefinir o objetivo específico que tratava da perspectiva de apoio e construção de iniciativas de geração de trabalho e

renda e que foi objeto de questionamento direto por parte do órgão ambiental, sinalizando

(...) O risco inerente de se utilizar a proposta de geração de trabalho e renda como forma de atrair aqueles que, num primeiro momento, não estariam interessados nas ações formativas em si. (...) A estratégia (compreensível) de se destacar eventual benefício material para lidar com demandas mais imediatas de comunidades pesqueiras – de modo a atraí-las para as ações formativas do PEA – tem imputado dificuldades adicionais para o amadurecimento do debate sobre os desafios da organização comunitária e, conseqüentemente, da segurança territorial de comunidades tradicionais. (Parecer Técnico nº 249/2018-COPROD/CGMAC/DILIC, p. 4)

Dessa forma, em resposta a solicitação do órgão ambiental a coordenação do PEA-CV, ajustou o objetivo específico 4, estabelecido no Plano de Trabalho da Fase 1, por meio da elaboração das Complementações Metodológicas (Julho/18 e Janeiro/2019), compreendendo que o PEA-CV não deveria ser protagonista na construção de cursos ou iniciativas com vistas à geração de trabalho e renda na fase 1.

Isso porque, o principal desafio a que o PEA-CV se lança, claramente consolidado em seu objetivo geral, é o de contribuir com o fortalecimento organizativo das comunidades com vistas à permanência em seus territórios de origem. Entende-se que sem uma organização estruturada e fortalecida, qualquer tentativa de promover benefício material direto tem um potencial de criar expectativa de que seus participantes terão um ganho imediato com o projeto e não ganhos como consequência do desenvolvimento da organização social, além de estimular um vínculo ao projeto com vistas a ganhos individuais imediatos e não coletivos com potencial de mais longa duração. (Complementações Metodológicas, 2019, p. 6)

A efetivação das mudanças propostas e debates decorrentes do processo emergiram questões das quais são possíveis extrair indícios de que a compreensão dos temas geradores como demandas e as tentativas de responde-las com Projetos de Geração de Trabalho e Renda tenderam a orientação do processo educativo para a macrotendência político-pedagógica pragmática da educação ambiental. E, para além dos limites impostos pela ausência de formação teórica e metodológica, permanece como perspectiva em disputa pelo direcionamento do PEA Costa Verde. Os desdobramentos

decorrentes de uma abordagem pragmática da utilização dos temas geradores e dos projetos de geração de trabalho e renda, enquanto demanda e resposta, são uma leitura também pragmática dos conceitos de participação e organização popular.

Temas Geradores e Projetos de Geração de Trabalho e Renda

Loureiro (2010; 2014; 2016), se refere constatemente a importância de se realizar uma leitura atenta dos conceitos que fundamentam a prática em EA e EP e, que de fato estabelecem uma relação dialética entre ação – reflexão – ação, produtora de uma verdadeira práxis. Para o autor, os conceitos como emancipação, controle social, transformação social, participação, justiça ambiental, problematização da realidade socioambiental, entre outros, que marcam a educação ambiental no Brasil, apesar de serem amplamente mencionados, nem sempre são abordados com clareza sobre os seus fundamentos. (LOUREIRO, 2010)

Na Pedagogia do Oprimido (1970), Paulo Freire fundamenta o conceito de tema gerador na sua relação com conceito de “dialogicidade como essência da educação como prática da liberdade”. O diálogo começa na busca do conteúdo programático, como processo de investigação do “universo temático” que corresponde ao “pensamento-linguagem referido a realidade presente, concreta e existencial dos sujeitos”, ou seja “os níveis de percepção que possuem dessa realidade, a visão de mundo em que se encontram envolvidos seus temas geradores”. (p. 88)

A definição de temas significativos do processo pedagógico, pressupõe o desenvolvimento do diálogo entre educador-educando e educando-educador, mediatizado pela realidade historicizada e abstraída em sua totalidade, no qual os sujeitos vão desvelando seu universo temático através de codificações e descodificações das problemáticas em que se encontram inseridos. Nesse movimento de interação entre as partes e o todo, destaca-se as contradições emergentes das relações entre os humanos, entre estes e o mundo e da própria percepção que possuem dos problemas e que configuram as situações limites.

Investigar o tema gerador é investigar, repetamos, o pensar dos homens, referido a realidade, é investigar seu atuar sobre a realidade, que é sua práxis. [...] Captá-los e entendê-los é entender os homens que os encarnam e a realidade

a eles referida. Mas, precisamente porque não é possível entendê-los fora dos homens, é preciso que estes também os entendam. A investigação temática se faz, assim, um esforço comum de consciência da realidade e de autoconsciência, que a inscreve como ponto de partida do processo educativo, ou da ação cultural e caráter libertador. (p. 98-99)

Nesse sentido, o tema gerador é ponto de partida do processo educativo, no qual se insere um complexo processo de investigação e problematização da realidade, questão desafiadora para ser experimentada no escopo de projetos como o PEA de natureza institucionalizada e com prazos pre-determinados, geralmente não tão extensos. O que exige um planejamento bastante rigoroso e muita habilidade pedagógica dos sujeitos responsáveis pela sua condução.

Considerando o pioneirismo da primeira Fase do PEA é fácil compreender as lacunas existentes no trabalho com os temas geradores. No entanto, a questão que mais impactou o desdobramento das ações esteve relacionada ao uso dos temas geradores no processo educativo. Nesse caso, a abordagem inicial influenciada pelos objetivos a identificação dos temas geradores cumpriram inicialmente a função de diagnóstico de problemas a serem solucionados por ações promovidas pelo projeto. Esse entendimento esteve diretamente ligado a definição dos seus objetivos

A pedagogia do oprimido parte do reconhecimento de que os oprimidos o são porque inseridos numa realidade histórica de desumanização e alienação, se encontram desprovidos das condições de enxergar as causas de sua opressão. Ou seja, “a estrutura do seu pensar se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta, existencial, em que se “formam”. (p. 32). Por ser histórica a realidade é também detentora das possibilidades de transformação, as quais só poderão surgir da ação dos que estão em condições de opressão. Portanto, o problema que a educação de vocação emancipatória enfrenta é o de “como poderão os oprimidos que hospedam o opressor em si, participar da elaboração como seres duplos, inautênticos, da pedagogia da sua libertação” “Esse é trágico dilema dos oprimidos, que a sua pedagogia tem de enfrentar”. (35)

A concepção do tema gerador como uma demanda, como um problema que deve ser solucionado pelos educadores, nos permite suscitar a hipótese de que esta é uma expressão da concepção Pragmática da Educação Educação ambiental, a qual tem como centro “a busca por resultados

imediatos em detrimento de uma abordagem crítica da realidade, que considere a questão ambiental em sua totalidade e determinantes históricos.

Dessa forma, o enfrentamento a visão pragmática dos temas geradores foi possível a medida em que se promoveu ajustes também na concepção de projetos de geração de trabalho e renda enquanto resultado a ser alcançado pelo processo educativo. As complementações metodológicas consideraram que a realização de PGTRs no ambiente dos programas de educação ambiental deve ser uma ação decorrente do processo de organização social e política e não um meio para promovê-la. Não se trata de desconsiderar a importância das atividades econômicas para o fortalecimento das comunidades, mas de constatar que iniciativas de geração de renda que partem de projetos de educação ambiental, no âmbito do licenciamento, tendem a se sobrepôr a formação crítica necessária para participação qualificada nos espaços decisórios.

Sobre essa questão, Tatiana Walter (2019) em apresentação da pesquisa que coordena sobre o PESCART, Projeto de Educação Ambiental do litoral fluminense, com foco a em projetos de geração de trabalho e renda, na bacia de campos, afirma que

Os resultados parciais evidenciam que é necessário que os educadores ambientais estejam atentos para que na construção da ação educativa a dimensão econômica não se sobreponha às demais, visto o risco de os processos educativos não atingirem os objetivos da Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública, que deve ser eminentemente político, visando desenvolver uma consciência crítica acerca dos agentes geradores de riscos e conflitos socioambientais. (tatiana Walter – FURG – PESCART)

A tentativa de abordagem do processo educativo centrado na construção de projetos de geração de trabalho e renda, pressupõe em grande medida, que a permanência dos sujeitos mais vulneráveis a pressão de opções empreendedora e de qualificação profissional. Ou seja, que é possível a coexistência harmônica e passífica entre os modos de vida e produção tradicionais e o desenvolvimento capitalista. por parte dos empreendimentos entre outros da indústria of shop do petróleo e gas, é uma questão

Desse modo, os debates que o PEA Costa Verde suscitou acerca do papel dos temas geradores e dos projetos de geração de trabalho e renda, enquanto ferramentas metodológicas do processo educativo com vista ao fortalecimento comunitário, permite sugerir outra hipótese: a de que essas

ferramentas, dependendo da perspectiva política-pedagógica que as orientem, contribuem para afirmação ou negação da macrotendência pragmática nos programas de educação ambiental no licenciamento.

Nessa perspectiva, assim como os temas geradores foram por vezes considerados como expressão de demandas, a realização dessas demandas, por meio de projetos de geração de trabalho e renda foram entendidas como expressão da garantia da participação das comunidades, independentemente da sua coerência com os interesses históricos dos povos tradicionais. Expressões dessas contradições tiveram como desdobramentos, desafios para a consolidação do objetivo geral do projeto. Nesse sentido os conceitos de participação e organização popular também foram objeto de concepções contraditórias.

Participação e Organização Comunitária

A forma de conceber a participação como expressão de indivíduos no PEA, esteve também associada ao significado atribuído as formas de participação na comunidade. Durante a Fase I do projeto, quando se relatava o trabalho com “a comunidade”, em verdade, se tratava dos trabalhos realizados com uma parte das pessoas que vivem naquela comunidade. Mais precisamente, o trabalho realizado com as pessoas das comunidades que compreendiam e concordavam com o fortalecimento da organização comunitária com o qual o projeto estava buscando contribuir. Ou seja, sempre que se tratava de “a comunidade”, estava se tratando, de fato, de algumas pessoas da comunidade. Considera-se importante dar destaque para essa questão nesse momento, pois os termos “a vontade da comunidade” ou “a comunidade quer isso e não aquilo” pode levar a conclusões equivocada

A questão da participação e da organização na primeira Fase do PEA Costa Verde perpassou toda a sua constituição como conteúdo e forma do fazer educativo. Sendo a finalidade do objetivo geral, ou seja, a busca pela participação qualificada dos grupos sociais excluídos na gestão ambiental foi o objeto central da ação educativa. O que fazer da estratégia pedagógica na organização dos sujeitos para a promoção de processos participativos efetivos e críticos. A síntese desse processo foi sistematizada no Plano de Trabalho da Fase 2 (janeiro, 2020) e no Relatório Final (Setembro, 2020).

Dessa forma, no PEA Costa Verde a participação está presente como “meio” e como “fim”. Meio, pois se espera que o PEA em si realize o exercício de fortalecer os espaços de participação nas decisões e nos rumos do

projeto e fim, pois é objetivo do PEA Costa Verde estimular a organização coletiva, esfera onde se exercita os aprendizados de princípios democráticos. Também se estimula como fim, a participação organizada nas esferas de decisão do licenciamento ambiental e em outras que existem na região. (Plano de Trabalho Fase 2, 2020, p.7)

A perspectiva pedagógica nessa direção pressupõe que a própria forma como se organiza o processo educativo seja ela mesma crítica e participativa. Nesse sentido, os conceitos de organização e participação como meio e fim foram objeto de investigação teórica, assim como suas as consequências práticas. Conflitos emergentes desse debate se expressaram na forma como os “desejos” das comunidades eram equacionados na definição das estratégias pedagógicas do papel da equipe técnica na concretização das ações educativas. Se enquanto educadores desempenham a função de porta-vozes diretos desse desejos, ou se assumem uma visão crítica e mediadora diante das demandas imediatas e suas contradições com os objetivos mais gerais da educação ambiental crítica.

Nesse sentido, a questão de como se materializa a participação das equipes de campo e das próprias comunidades nas definições dos rumos do projeto, demandou o aprofundamento político e pedagógico dos conceitos de organização e participação, por meio do qual se concebeu a relação dialética entre esses dois elementos constitutivos do processo educativo e as sínteses nele produzidas, enquanto resultado da práxis.

Assim, entende-se que o processo educativo pressupõe o avanço na participação, como condição democrática e, de acordo com Demo (2009), no sentido de que participação não é algo dado. Não é dado no sentido de doado, pois a participação não é efetiva se não alcançada, conquistada e construída por aquelas/es que a almejam. Do contrário “seria de todos os modos uma participação tutelada e vigente na medida das boas graças do doador, que delimita o espaço permitido.” Sendo eixo fundamental da política social, a participação também não é dada no sentido de conceção, nem de espaço pré-existente, uma vez que ela é processo em permanente construção. (DEMO, 2009, p.18)

A participação como um processo de conquista, implica reconhecer o ponto de partida da dominação presente na sociedade, enquanto elementos estruturais e históricos. Teoricamente, a questão participativa se aloja dentro de outra, que é a da dominação na história. Ou, por outra, são faces complementares e antagônicas da mesma moeda, dentro da unidade dos contrários como diria a dialética. [...] A conquista da participação admite

inúmeras concretizações históricas, inclusive as violentas, se os opressores forem também violentos. Mas há igualmente as formas lentas e soturnas de conquista, como é o processo educacional, a ativação comunitária baseada na identificação cultural, etc. Em todo caso não existe por descuido ou comodidade. Precisa ser conscientemente construída. É luta nesse sentido. Não há solidificação razoável de processos democráticos sem luta, porque esta faz parte na noção dialética de conquista. O que não se conquista não é, nem adere à raiz. (DEMO, op. cit p.82;85)

Por ambos os sentidos, a ideia de participação se vê imbricada à de organização. Não se concebe participação real como expressão de indivíduos, mas como sínteses de debates e construções coletivas. Tanto a “organização”, como a participação, quando tratados como fenômenos naturalizados no processo educativo, tendem a esvaziar o conteúdo dos conceitos por meio de visões reducionistas ou que desconsideram os elementos históricos e contraditório dos contextos nos quais se realizam.

Além de ser espaço para promoção da participação e do exercício da democracia, a organização, nas suas diferentes formas e expressões, é também garantia de permanência do trabalho no médio e longo prazo. Ao se basear exclusivamente em indivíduos, um processo político e pedagógico correrá sempre muitos riscos, entre eles o de perder a continuidade na medida em que a vida de indivíduos pode exigir menor ou nenhuma disponibilidade de dedicação ao processo de construção. Ou pode submeter ainda toda a construção a um interesse de determinada pessoa.

Por fim, o elemento organizativo materializa o processo educativo. O gesto de se organizar coletivamente para enfrentar determinada questão por si já significa elemento de avanço de consciência. É uma ação que tem como pressuposto a ideia de que os problemas enfrentados não são individuais e sim coletivos e que suas causas, portanto, também não são individuais. À medida em que o coletivo se desenvolve e cria uma dinâmica de participação, realiza ações no território que correspondem a demandas reais e com isso, vai construindo legitimidade na comunidade, essa ideia de coletividade dos problemas e de seus enfrentamentos vai se expandindo para o todo e atingindo até mesmo aqueles e aquelas que não tem possibilidades de participar diretamente da organização.

A questão central, no caso do PEA, é tratar os fenômenos da organização e da participação com elementos centrais que determinam o meio e o fim das conquistas, dos processos educativos e das estratégias pedagógicas a serem definidas e operacionalizadas. Desse processo emerge amplo espaço

de debate e formulações acerca dos determinantes políticos e pedagógicos que orientam as práticas de educação ambiental no sentido da conservação ou da transformação da realidade. Muitas dessas questões seguiremos aprofundando e esperamos que estas reflexões estimulem outras pesquisas na temática em geral e no objeto em particular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados nos indica que o Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde esteve, durante a sua Fase I, esteve tencionado pelas tendências macropolíticas e pedagógicas Crítica e Pragmática. Embora as formulações gerais acerca da sua metodologia estejam fortemente ancoradas nos pressupostos da educação ambiental crítica e popular, as metas estipuladas inicialmente no Plano de Trabalho favoreceram a uma compreensão equivocada dos fundamentos pedagógicos e das práticas educativas vinculadas a concepção crítica.

As abordagens pragmáticas dos conceitos de tema geradores, participação e organização social e do papel dos projetos de geração de trabalho e renda no processo educativo disputaram a orientação do PEA Costa Verde e os produtos descritivos e analíticos dessa experiência documentam os fatos suscitando um conjunto de hipóteses a serem aprofundadas no desenvolvimento desta e de outras tantas pesquisas que venham a analisar o objeto em debate.

A síntese dos resultados obtidos por meio de um processo de práxis, se expressa na elaboração do Plano de Trabalho da Fase II que propôs a construção de uma Escola de Formação, como meta-síntese a ser alcançada nos próximos 5 anos de continuidade do PEA Costa Verde. As sínteses teórico-metodológicas que justificaram a elaboração da proposta e os objetivos específicos que definem as metas a serem atingidas como produtos intermediários para concretização da meta-síntese, especialmente no que se refere aos conceitos de participação e organização popular sinalizam importantes avanços na confirmação do PEA Costa Verde como um projeto orientado pelos fundamentos da educação ambiental crítica.

Os produtos da experiência da Fase I do PEA e a continuidade desse processo abre um enorme leque de possibilidades de pesquisas a serem desenvolvidas. A Fase II do PEA está sendo executado por novos sujeitos, num arranjo institucional ainda mais amplo, com a inserção da participação

de instituições públicas como a Fiotec, a Universidade Federal Fluminense e a UNESP.

A sistematização e a análise da execução da fase em andamento poderá responder também a novas questões, como se a proposta será implementada em coerência com os pressupostos estabelecidos no Plano? Se sim, quais os resultados alcançados? Se não, quais as implicações teóricas e práticas das mudanças estabelecidas no processo de desenvolvimento da Fase 2?

REFERÊNCIAS

COMPLEMENTAÇÕES METODOLÓGICAS ao Plano de Trabalho da Fase 1 do PEA Costa Verde (1), agosto de 2018.

COMPLEMENTAÇÕES METODOLÓGICAS ao Plano de Trabalho da Fase 1 do PEA Costa Verde (2), janeiro de 2019.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1988

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
LAYARGUES, Philippe Pomier, & LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **As Macrotendências Político-Pedagógicas da Educação Ambiental Brasileira**, 2014. Disponível: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx/?format=pdf&lang=pt>

LOUREIRO, C. F. B; LEROY, J. P. **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico & MAGALHAES, Noa. A institucionalização da Educação Ambiental no licenciamento: Uma política para a participação social na Gestão Ambiental pública. DOI: <https://doi.org/10.18675/2177-580X.vol11.n1.p125-137>

PLANO DE TRABALHO DA FASE 1 do PEA Costa Verde, fevereiro de 2017.

PLANO DE TRABALHO DA FASE 2 do PEA Costa Verde, janeiro de 2020.

Relatório Descritivo e Analítico da Etapa de Retomada, agosto 2017.

Relatório Descritivo e Analítico Final do PEA Costa Verde, setembro 2020.